

**“O homem certo para a faculdade incerta”:
projetos de reforma intelectual, uma trajetória singular e
experimentos sociológicos de Florestan Fernandes**

Conrado Pires de Castro

Universidade Federal de Lavras (UFLA), Lavras, Minas Gerais, Brasil

 <https://orcid.org/000-0003-3419-5953>

E-mail: conrado@ufla.br

Resumo: Este artigo procura situar a figura e o itinerário acadêmico de Florestan Fernandes do ponto de vista de sua inserção geracional, institucional e profissional, tentando analisar como suas ideias e propostas apresentam maior ou menor correspondência com seu momento histórico e as possibilidades concretas de intervenção na realidade existente. Assim, são examinadas as ambivalências do projeto original de criação da USP, a trajetória singular de Florestan dentro da universidade e a gradual concepção de um padrão intelectual de trabalho científico.

Palavras-chave: Florestan Fernandes (1920-1995); Pensamento Social Brasileiro; Universidade de São Paulo; Institucionalização das Ciências Sociais.

The right man for the uncertain faculty: projects of intellectual reform, a unique trajectory and sociological experiments of Florestan Fernandes

Abstract: This article aims at situating the figure and academic itinerary of Florestan Fernandes from a generational, institutional and professional perspective. It analyses how his ideas and proposals match, in a greater or lesser degree, to his historical context and the actual possibilities of interventions in reality. Thus, here are examined the ambivalences of USP's original project, Florestan's unique trajectory within the university and the gradual conception of an intellectual standard of scientific work.

Keywords: Florestan Fernandes (1920-1995); Brazilian Social Thought; University of São Paulo; Institutionalization of Social Sciences.

Texto recebido em: 12/08/2020

Texto aprovado em: 16/11/2020

Adentrando a “jaula de ferro”, animado por um grande ardor ao trabalho

“O homem certo para a faculdade incerta” é uma caracterização certa de Heloisa Pontes, que tão bem sintetiza a paciente construção da trajetória e da personalidade acadêmicas de Florestan Fernandes (1920-1995) no seio da Universidade de São Paulo. Seja pelo modo como o jovem Florestan ingressa na Subseção de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1941,

seja pela maneira como ele soube aproveitar as brechas que o ensino público abria para que fossem integrados aos quadros da vida universitária os mais promissores talentos que nela buscavam os meios possíveis para “romper com o ‘círculo de ferro’ de sua condição social”. (PONTES, 1998, p. 171)¹

A Universidade de São Paulo, originalmente destinada para atender aos propósitos de renovação da mentalidade das elites culturais paulistas, surge em 1934 com a missão de aglutinar e acolher o treinamento científico, metódico e sistemático, a partir da irradiação da sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Esta última, pensada como a “*alma mater*” do ensino superior renovado, contrapondo-se ao bacharelismo predominante nas tradicionais Faculdade de Direito e Escola Politécnica, não encontraria junto à clientela sonhada para seus novos cursos o apelo à altura das aspirações iniciais de seus idealizadores. Todavia, as atividades da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras passariam rapidamente a absorver as pretensões mais modestas de *um grupo de jovens, animado* – nas palavras de Pierre Monbeig – *de grande ardor para o trabalho, conhecendo perfeitamente as suas possibilidades*, em busca de oportunidades em carreiras intelectuais relativas ao magistério de níveis de ensino primário e secundário.

O presente artigo percorre o arco temporal situado aproximadamente entre o momento de ingresso de Florestan no curso de Ciências Sociais (1941) e a ocasião da defesa da livre-docência em Sociologia (1953), ambas na USP, no intuito de analisar e situar a figura e o itinerário intelectual de Florestan Fernandes do ponto de vista de sua inserção geracional, institucional e profissional. Nesse sentido, nas três seções que se seguem serão examinadas as ambivalências do projeto original de criação da USP, a trajetória singular de Florestan dentro da universidade e a gradual concepção de um padrão intelectual de trabalho científico, que se encontrará plenamente maduro em 1954, quando assume a direção da Cátedra de Sociologia I, em substituição a Roger Bastide, seu titular, que então retornava à França.

“Uma pequena revolução intelectual”

O que, pois, se pretendeu promover, com a criação da Universidade, era importante mudança de orientação, uma pequena revolução intelectual. (Fernando de Azevedo. *A universidade de São Paulo*)

É praticamente impossível imaginar a evolução da sociologia em São Paulo, e no Brasil em geral, sem pensar na figura de Florestan Fernandes. Isso não quer dizer que a sociologia brasileira, nem sequer a paulista, se resume à sua obra. Todavia é forçoso reconhecer na sua personalidade intelectual uma representação emblemática, senão mesmo representativa, de um estilo peculiar de pensar sociologicamente.

Seu nome se impõe pelo caráter fundante de certo padrão de trabalho científico no campo das ciências sociais e, mais especificamente, no campo da sociologia. Mas também por sua experiência singular, que parece dar vida – com tudo que isso implica em termos de incerteza, contradição e possibilidades em aberto – ao projeto original de Universidade de São Paulo, de 1934. Um projeto, ao seu modo também contraditório e incerto, patrocinado pelas frações “liberais” da classe dominante paulista, na sequência dos eventos da Revolução de 1930, para fazer frente às necessidades de formação de quadros indispensáveis “à obra de regeneração política da nacionalidade”, com vistas a recompor sua posição hegemônica no precário pacto federativo republicano. (CARDOSO, 1982) Enfim, uma estratégia de reciclagem e lapidação das elites que, ao cruzar os caminhos do movimento pedagógico humanista e liberal em curso ascendente há quase uma década, assume vagos contornos democratizantes de “uma pequena revolução intelectual”, ao importar numa mudança de orientação na composição das elites, definindo-as não apenas por meio de posições socioeconômicas como também pelo alargamento das brechas abertas ao talento intelectual de grupos culturais em ascensão.

Nas palavras ferinas de Claude Lévi-Strauss, de um simples “brinquedo para os ricos”, a cultura passaria a ser encarada como ponta de lança para a formação de “uma opinião pública” laica e civilizada que atendesse aos desígnios de contrapeso à influência mais ou menos supersticiosa de forças tradicionais e do poder de velhos grupos encastelados no aparelho de estado (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 97). Para tanto se forjava um funambulesco arranjo entre os mecanismos conservadores de uma política educacional liberal e do peneiramento social necessários à seleção e renovação das minorias dirigentes, fato que se refletiria tanto na estrutura da *sui generis* montagem pedagógica da universidade quanto no perfil da vasta clientela que a ela acorria.

De um lado, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras surgia como inovação formal que respondia às demandas precisas de superação do antigo

padrão brasileiro de ensino superior isolado. Moldada como uma espécie de “universidade em miniatura”², deveria funcionar como núcleo articulador das tradicionais escolas de Direito, Medicina e Politécnica, as quais seriam integradas e limitadas à nascente instituição universitária. Neste sentido, caberia à Faculdade de Filosofia o papel de imprimir uma nova orientação ao trabalho acadêmico, mais afeita à mentalidade científica e ao estilo de pensamento universitário. Por outro lado, no que tange a clientela desta complexa instituição, homens e mulheres de todas as idades, membros da alta sociedade emparelhados com professores primários de origens sociais bem mais modestas, se amontoavam nas salas de aula pelos mais variados motivos. De acordo com as cortantes observações do já citado Lévi-Strauss, constituía-se de

jovens de olho nos empregos acessíveis com os diplomas que conferíamos; ou advogados, engenheiros, políticos bem implantados, que temiam a concorrência próxima dos títulos universitários se eles próprios não tivessem o bom senso de disputá-los. (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 97)

Desta forma, imaginava-se conciliar dois níveis de atividades acadêmicas em maior ou menor grau integradas e superpostas: uma, responsável pela formação substantiva ou propriamente científica e humanista, consideradas indispensáveis ao conjunto das especializações inerentes aos diversos ramos da docência de níveis médio e superior, outra destinada à formação técnica de profissionais e às aplicações práticas da ciência. (FERNANDES, 1966, p. 241; SCHWARTZMAN, 1979, p. 205-206) Entretanto, os arranjos administrativos ligados às instâncias de poder da universidade nem sempre ofereciam respaldo necessário aos propósitos mais radicais de orientação “revolucionária” que o projeto original da USP potencialmente poderia imprimir nas relações acadêmicas locais, não raro colocando areia nas engrenagens inovadoras da política universitária por meio do peso relativo das escolas tradicionais na composição do Conselho Universitário.

Como exemplo das tensões contraditórias e ambivalências deste projeto de universidade pode se destacar as palavras de Fernando de Azevedo, entusiasta de primeira hora e animador de sua consecução: “Ou nós educamos o povo para que dele surjam as elites, ou formamos elites para compreenderem a necessidade de educar o povo”. (*Apud.* CARDOSO, 1982, p. 28) Todavia, quando se atenta para as funções atribuídas à Faculdade de Filosofia no complexo ideário de seus mentores é fácil compreender para onde penderia o fiel da balança: imaginada como núcleo

irradiador do “exemplo de humanização e de civilização” que deveria “dilatar a mentalidade estreita” e acanhada “dos cursos das velhas faculdades existentes”³, ela atuaria como local de encontro e aproximação dos alunos dos diferentes cursos, que ali assistiriam às aulas de certas cadeiras básicas e comuns aos estudantes de todos os cursos do ensino superior ligados à Universidade de São Paulo. Na visão de Júlio de Mesquita Filho, outro expoente do grupo idealizador da universidade, a Faculdade de Filosofia teria “por principal missão criar um ideal, uma consciência coletiva” comum a todos universitários (SCHWARTZMAN, 1979, p. 195)⁴, para o que contava com o auxílio de professores trazidos “de centros de cultura sedimentadas” para inculcar na mocidade brasileira o método e a disciplina do pensamento.⁵

Não foram poucas as resistências encontradas a efetivação desta estratégia, o que levou a algumas concessões quanto ao sentido original de sua concepção inicial. Além das resistências encontradas junto às unidades já enraizadas no velho sistema de ensino superior – que viam na ideia de universidade “um golpe” e “uma mutilação” às suas honrosas e gloriosas tradições e seu prestígio de escolas independentes⁶ –, em seus primórdios “as novas habilitações, de caráter cultural desinteressado, não seduziam as ambições comuns”, habituadas “a procurar, nas profissões liberais um meio de vida” (PONTES, 1998, p. 142).⁷ Na falta de candidatos para os cursos regulares foi preciso recorrer ao expediente de comissionar professores primários, liberando-os de seus encargos docentes na rede pública sem prejuízo de seus vencimentos desde que se dirigissem aos cursos da recém-inaugurada faculdade. Este expediente acabaria por introduzir no seio da jovem instituição universitária uma polarização social e cultural que se refletiria nas palavras de um de seus primeiros diretores, Antonio de Almeida Prado: “a situação da falta de alunos está tão grave que era preciso até pagar os professores primários para que eles viessem, assistir os cursos” (PONTES, 1998, p. 142-143).⁸ Tais palavras produziram um “grande mal-estar” entre os estudantes de origens sociais mais modestas, que se traduziria na sensação de inferioridade daqueles “que se sentiam ‘duplamente bárbaros’. Não só pela atitude dos ‘alunos bem relacionados, vistos como uma promessa de grandiosidade’ (...), como por pertencerem às ‘classes sociais mais humildes’” (PONTES, 1998, p. 143). Este diagnóstico também é compartilhado pelas impressões gravadas por Claude Lévi-Strauss, integrante da missão francesa de 1934, em seus *Tristes Trópicos*:

A universidade apresentava-se para eles como um fruto tentador, mas envenenado. Para esses jovens que não tinham percorrido o mundo e cuja condição muitas vezes modestíssima privava da esperança de conhecer a Europa, nós havíamos sido levados como magos exóticos por filhinhos de papai duplamente execrados: primeiro, porque representavam a classe dominante, e depois, em virtude de sua existência cosmopolita que lhes conferia uma superioridade em relação a todos os que haviam ficado na cidade pequena, o que os isolava da vida e das aspirações nacionais. Pelas mesmas razões que eles, parecíamos suspeitos; porém trazíamos em nossas mãos os frutos da sabedoria, e os estudantes fugiam de nós e nos cortejavam alternadamente, ora cativados e ora rebeldes. (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 99)

Esse humor oscilante entre a rebeldia e a rendição pode ser lido como um sintoma de desajustes de ordem estrutural – ou, em alguns casos, pontuais – inerentes à forma como foram implementadas as atividades das missões estrangeiras nos primórdios da universidade. Uma relativa desconsideração quanto à necessidade de planejamento das inovações a serem introduzidas, fruto talvez da inexperiência das elites dirigentes neste plano de atividade cultural, tornava o futuro da faculdade um tanto incerto. Nem tanto pelo fato constatável de que, nas vésperas da abertura dos trabalhos da universidade, os professores estrangeiros eram mais numerosos que seus eventuais alunos. Porém, certamente pelas circunstâncias da ausência de “condições de trabalho intelectual que permitissem a plena exploração positiva de suas aptidões e capacidade de trabalho”, seja do ponto de vista de suas próprias carreiras científicas, seja do ponto de vista dos interesses imediatos do meio social brasileiro. Aos vínculos contratuais que apenas atrelavam a permanência destes professores no país de modo instável e transitório, somavam-se os encargos “de uma espécie de atividade intelectual ainda mal consolidada institucional e financeiramente”, o que não favorecia a identificação de alguns mestres “com as nossas complexas necessidades de desenvolvimento intelectual autônomo”. (FERNANDES, 1966, p. 214-215)

É inegável, contudo, que as missões estrangeiras forneceram um rico ponto de partida para as atividades universitárias. Particularmente no que diz respeito a introdução de novos hábitos de estudos, de disciplina intelectual e de estímulo à produção de conhecimento original sobre a realidade brasileira, proporcionando uma profunda renovação na estrutura de ensino superior brasileiro da época. Destarte, além de impedir “a deformação do ensino superior pelos pseudo-especialistas nativos”, de uma hora para outra, permitiu que os alunos fossem expostos aos problemas candentes de seu tempo, colocando-os diante dos

“resultados das investigações literárias, científicas e filosóficas alcançadas até então nos grandes centros universitários europeus”. (FERNANDES, 1966, p. 213-214)

Por outro lado, os professores estrangeiros “praticamente trabalhavam como se estivessem em seus próprios países”, não levando em conta que nem todos os estudantes egressos da escola secundária brasileira possuíam “densidade cultural suficiente para servir de suporte a um ensino tão exigente” quanto aquele ministrado nas várias seções da Faculdade de Filosofia (ARRUDA; GARCIA, 2003, p. 140). Os ajustes necessários eram deixados à iniciativa espontânea dos alunos, por isso mesmo lançados num esforço muitas vezes dispersivo de autodidata, o que, diga-se de passagem, não estava muito distante dos mecanismos de distribuição do prestígio e da distinção abraçados pela utopia liberal das reformas educacionais defendidas por Fernando de Azevedo:

À medida que a educação for estendendo a sua influência, despertadora de vocações, vai penetrando até as camadas mais obscuras, para aí, entre os próprios operários, descobrir ‘o grande homem, o cidadão útil’, que o Estado tem o dever de atrair, submetendo a uma prova constante as ideias e os homens, para os elevar e selecionar, segundo o seu valor ou a sua incapacidade. (Apud. CARDOSO, 1982, p. 31)

Deste ponto de vista, a escola pública e gratuita funcionaria como instrumento capaz de “*alargar* cada vez mais o recrutamento das elites suscetíveis de degenerar quando não alimentadas pela circulação normal” (AZEVEDO, 1951, p. 198-199).⁹ O sistema educacional, portanto, atuaria como principal mecanismo de renovação e seleção das “classes superiores” ao eliminar os “obstáculos ao recrutamento seletivo, em todas as camadas sociais”, servindo assim “ao enriquecimento dos quadros culturais e políticos com todas essas ‘forças intelectuais’ que, sendo melhor conhecidas, poderiam ser mais bem empregadas e dirigidas para funções mais elevadas” (AZEVEDO, 1951, p. 198). De acordo com o pensamento de Fernando de Azevedo, a elite era compreendida como uma categoria social francamente acessível e aberta que, “constituída de individualidades merecedoras por si mesmas, não se defende por nenhuma barreira nem sofre nenhum nível” de diferenciação hierárquica “ligadas aos costumes, condições de vida, fortuna e profissões”, que criam “obstáculos difíceis de transpor (barreiras), e põem sobre o mesmo plano (nível) aqueles que os transpuseram” (AZEVEDO, 1951,

p. 198). Entendida como resultado de uma constante seleção, o próprio mecanismo da circulação das elites solucionaria a frágil distinção entre elite e classe.

Não é de se admirar que, uma vez tomado conhecimento do potencial do aluno Florestan Fernandes, Fernando de Azevedo se revelaria bastante interessado em absorvê-lo nos quadros da Faculdade de Filosofia. Afinal, sob muitos aspectos a trajetória pessoal de Florestan Fernandes pode encarnar esse ideal de elite intelectual “francamente acessível e aberta” ao talento que “se renova e se recruta em todas as camadas sociais” (FERNANDES, 1995a, p. 187-188).

Uma trajetória singular

O auto-aperfeiçoamento consiste em apreender melhor nosso papel, em tornarmo-nos capazes de desempenhar nossas funções. (Emile Durkheim. *Da divisão do trabalho social*)

Uma hipótese de ordem sociológica – aliás, clássica ao estudo das ideias, ideologias e grupos intelectuais – é que existem correspondências mais ou menos claras entre o momento histórico e as possibilidades de intervenção no real. Mas uma coisa é entrever as possibilidades de correspondência, outra, completamente distinta, é saber aproveitá-las de modo vigoroso. Sobejamente conhecido é o fato de que Florestan Fernandes tinha sua

origem nas camadas inferiores da sociedade, cujos membros são precariamente inseridos nas estruturas da organização social. É a partir desse lugar subalterno, socialmente desqualificado, que Florestan estabelecerá relações nas quais se combinam, de modos variados, o padrão tradicional de relação pessoal de proteção entre desiguais e o padrão moderno de reconhecimento objetivo de competências específicas, baseado na igualdade formal dos sujeitos. Ao longo de sua ‘formação’, que é simultaneamente o percurso de sua ascensão social, Florestan estará profundamente envolvido com esses dois tipos de relação, em arranjos muito específicos e complexos, próprios à configuração sociocultural da metrópole paulista na primeira metade do século passado. (GARCIA, 2002, p. 18-19)

Vivendo nos interstícios de uma sociedade em processo de mudança, socializando-se em meio ao turbilhão de uma cidade em franco processo de diferenciação e mobilidade social da primeira metade do século XX, Florestan pôde observar, de diversos ângulos, os fenômenos de desorganização social e as

diferentes possibilidades de reintegração de distintos grupos na metrópole em formação.

Nas suas próprias palavras, em famosa passagem autobiográfica, nunca teria se transformado no sociólogo que se tornou sem seu “passado e sem a socialização pré e extra-escolar” e as “duras lições da vida” aprendidas na infância plena de privações, atravessada pelas atividades econômicas precárias empreendidas na rua quando criança, pelos constantes deslocamentos provocados pela mobilidade dos empregos domésticos de sua mãe e pela lógica da especulação imobiliária de uma metrópole em construção (FERNANDES, 1980a, p. 142-143). Trata-se, portanto, da aquisição de uma perspectiva caleidoscópica da própria evolução da capital paulista, que lhe seria muito útil para a compreensão dos efeitos que a introdução de novos meios de vida e civilização poderia acarretar no sistema de valores, solapando meios de controles sociais tradicionais, ao expandir as áreas de circulação e contato sociais entre diferentes camadas da sociedade, provocando alterações mais ou menos profundas nas posições sociais e suas consequentes implicações na definição de status e distribuição dos papéis sociais correspondentes.

Em uma sociedade que se encontra sob o fluxo crescente da circulação de pessoas, mercadorias e informações culturais, é previsível que grupos anteriormente fechados se abram às correntes de novas forças e grupos sociais emergentes, desde que se empenhem a integrar às correntes afluentes das novas ideias e das inovações sociais exigidas pela situação histórica. Florestan Fernandes, dadas suas condições de origem, logo perceberia as brechas abertas pela situação por ele vivida ao se confrontar com uma sociedade em acelerado processo de mudança. Procedente de extratos socialmente desenraizados, varrido pela “tempestade da vida”, tantas vezes “salvo” por um “orgulho selvagem, de agressão autodefensiva”, Florestan encontraria em seu “radicalismo científico”, nascido das “convicções abstratas, de ideias políticas e de um processo intelectual – o crescimento do setor de ciências sociais na USP” – uma espécie de “escudo protetor e um recurso de auto-afirmação” que lhe servirá como canal de integração no admirável mundo novo que lhe desafiava (FERNANDES, 1980a, p. 14; 213).¹⁰ Será a partir desse radicalismo científico que Florestan construirá sua relação peculiar com a sociedade, transformando “o ‘orgulho selvagem’, cultivado desde a infância como forma pessoal de defesa psicológica contra o ambiente (...) em disposição

positiva de participação construtiva na coletividade que o acolhe” (GARCIA, 2002, p. 64).

Sua vivência pré-universitária, aliada a curiosidade insaciável do autodidata, encerravam as condições necessárias para Florestan Fernandes tirar máximo proveito da oportunidade que se lhe abria o ingresso na Faculdade de Filosofia. Como na vida da rua, cedo cobrou consciência de que teria que lançar mão de técnicas de autocontrole e outros tipos de ardis para demarcar seu lugar naquele ambiente a princípio ao seu modo também algo inóspito. Não que lhe faltasse a mínima cordialidade indispensável à convivência diária no interior dos pequenos grupos de estudos. Contudo, pelas regras tácitas dos laços de camaradagem e solidariedade estabelecidos entre os que se descobrem semelhantes, Florestan não deixava de se perceber um intruso naquele seletivo grupo. Não tardaria a atinar que a ele seria exigido uma disciplina de estudos que lhe permitisse competir em pé de igualdade com os demais colegas, ou ao menos “responder às exigências” da instituição como um “aluno aplicado” ou “talentoso”. Os colegas de turma, se “não se revelaram hostis, também não abriram as comportas de *seu* ‘círculo’.” (FERNANDES, 1980a, p. 159) Por seu turno, Florestan procurava compensar sua “visibilidade negativa” no anonimato das aulas, ou nas pelejas que silenciosamente se conspiravam para afugentar um ou outro assistente de ensino menos preparado ou descomprometido no desempenho de suas funções acadêmicas e científicas. Assim, um pequeno gesto de rebeldia que selava a comunhão de boa parte dos alunos num ato de devoção à faculdade que inconscientemente ligavam seus destinos individuais.

Deliberadamente, Florestan tratou de se impor uma redução simplificadora, num esforço psicológico que, não obstante envolver relativo “empobrecimento do horizonte cultural e humano”, tornava exequível as tarefas requeridas para o atendimento de suas obrigações escolares (FERNANDES, 1980a, p. 159). Contrabalançava eventuais carências de formação na leitura ávida de manuais, tão abominadas por alguns mestres estrangeiros, mas que sortiam as bases gerais para futuros voos. Em suas palavras,

A Faculdade de Filosofia constituída um transplante e, naquela época, os brasileiros envolvidos com o fortalecimento da instituição estavam menos preocupados com o organismo do paciente, que com o brilho da operação, ou seja, com a implementação em massa e em escala institucional de um novo estilo de pensamento e de um novo modo de ser intelectual. (...) Os melhores cursos, por serem

monográficos e ecléticos, exigiam uma base intelectual que não possuíamos e uma maturidade intelectual média que não seria criada de uma hora para outra. Se penetrávamos, de fato, na segunda metade do século XX, participando culturalmente dela e de seus dilemas, se sabíamos quais eram os ‘grandes nomes’ nos vários campos das ciências sociais e conhecíamos pelo menos um pouco de sua contribuição positiva, não deixamos de ser frutos de uma orgulhosa mas atropelada improvisação. (FERNANDES, 1980a, p. 166)

Ou seja, boa parte do brilho e do significado do ensino oferecido na Faculdade de Filosofia corria o risco de desembocar num vazio pedagógico, cuja finalidade última seria sua própria reprodução, como signo de distinção de seus beneficiários. Em outra chave, portanto, reproduziria equívocos simétricos aos das tradicionais escolas superiores de ensino das profissões liberais, o que comprometeria a capacidade de autodesenvolvimento que potencialmente se vislumbrava nesta instituição inovadora.

Uma compreensão objetiva da situação histórica evidenciava que, após curto período, progressos rápidos e promissores exigiriam reajustar as condições de trabalho a uma situação mais complexa. Isto porque o ambiente de uma sociedade em processo de mudança tornava sem sentido a mera ilustração dos quadros dirigentes das elites culturais. Para que os próprios propósitos da criação da Faculdade de Filosofia vingassem, era preciso arejar e aperfeiçoar vários traços daquelas elites, ampliando-as em sua composição e alargando o espectro de suas competências específicas.

Aliás, isto já era moeda corrente nas primeiras gerações de formandos da faculdade reunidos no empreendimento editorial da Revista *Clima*, que fizeram da trincheira cultural e do fundamento crítico da “análise justificante”, o centro de suas lutas pela atualização e modernização da sociedade brasileira (PONTES, 1998, p. 79). Adeptos do pensamento livre e da cultura desinteressada aprendidas com os mestres franceses da Faculdade de Filosofia, foram os pioneiros no exercício da crítica munida de “conhecimentos sistemáticos, hipóteses bem fundamentadas, ferramentas conceituais sólidas” sob os moldes da “mentalidade universitária” da década de 1940 (PONTES, 1998, p. 216). Porém, seus embates eram travados no campo muito seletivo da “verdadeira cultura” e da “superestrutura intelectual”, um tanto quanto distante das “nossas massas incultas e sofredoras”, às quais nutriam o “sentimento (...) da mais inteira fraternidade” (PONTES, 1998, p. 116).¹¹

Diante das polarizações sociais e ideológicas que povoavam o cotidiano da Faculdade de Filosofia, Florestan Fernandes estava numa posição que lhe conferia interessante perspectiva para compreender o alcance e os limites dos ensinamentos introduzidos pelos mestres franceses. As missões estrangeiras, pelas circunstâncias que delimitaram seu magistério, acabavam por imprimir um sentido de rápida e intensiva transplantação de técnicas modernas de pensamento e averiguação científica da realidade histórica, social e cultural da sociedade brasileira. Com isso contribuíram para que boa parte de seus alunos depositassem grandes esperanças na ciência e na tecnologia científica como atalhos preciosos para vencerem a distância que separava o país das principais correntes culturais da civilização ocidental, assentada na indústria e na racionalidade das técnicas científicas (FERNANDES, 1963, p. 300-301).

Apesar de ser leitor assíduo e entusiasta da crítica praticada pelos membros do grupo “Clima”, fina flor da estufa do departamento ultramarino, Florestan tinha consciência tanto da distância que os separava do horizonte cultural médio da cena intelectual paulista e nacional, quanto dos requisitos mínimos de cultura exigidos para sustentar tal eclética modalidade de espírito crítico (FERNANDES, 1978, p. 31). Tal como seus pares, guiado pela moldura do ensino europeu de seus mestres, ao seu modo Florestan também procurou passar a limpo sua leitura do país e de sua época. Contudo, o foco de sua crítica concentrava suas baterias no exame de eventuais inconsistências verificáveis no programa de estudos que a Faculdade de Filosofia transplantara e oferecia aos estudantes de variada procedência que a ela convergiam em busca de senso de reflexão e de medida às ideias gerais. Uma modalidade de ensino pautada por explanações monográficas dos grandes sistemas de pensamento filosófico e/ou ideias sociais que, não obstante facultar “o desempenho da disciplina, método e rigor nos estudos e reflexões”, deixava brechas para a reprodução, em outro nível, do compósito mais ou menos improvisado do autodidata, ainda que treinado e orientado “pelas técnicas do estudo organizado, pela valorização da erudição, a prática da redação, liberdade de leitura, crítica e pensamento” inerentes às bases científicas do trabalho intelectual (MARTINEZ, 2008, p. 164-218). Esclarecedoras, neste sentido, são as palavras do próprio Florestan Fernandes:

Havia, então, uma montagem autodidática paralela, que estava incrustada na atividade do estudante e que, depois, marcava a própria trajetória do intelectual formado pela Universidade de São

Paulo. (...) É por isso que então eu realizei um esforço de leituras que (...) poderia ter gerado um resultado péssimo, se eu não tivesse tido a sorte de ter feito o curso que fiz. Foi graças ao fato de ter feito esse curso que eu tinha condições intelectuais de não me transformar em um autodidata indigesto. O curso me permitia selecionar autores, saber trabalhar com os autores, quer dizer que, no fundo, eu tinha tido a preparação para poder passar por isso. (FERNANDES, 1978)

Conquanto funcionasse bem no domínio da inteligência, este tipo de ensino, ao pressupor um horizonte cultural médio peculiar aos secundaristas europeus, não deixava de revelar certas fragilidades e puerilidades diante das angulosidades sociais da vida real da São Paulo provinciana de então.¹² De acordo com a perspectiva de Florestan, portanto, tratava-se de um programa de estudos que, como todo transplante, nem sempre se revelava ajustado aos fins visados: seja porque transcendia “à capacidade de atuação organizada dos homens”, esbarrando “na herança social e no horizonte cultural pré-existentes, os quais filtram” quando não deturpam “as tentativas e as tendências de inovação sócio-cultural”, ou então porque se mostrava “ineficiente em face das exigências da nova situação”, carente das mínimas condições materiais e humanas para colocar “em prática, de forma efetiva e criadora,” os produtos do conhecimento científico difundidos aqui pelos mestres europeus (FERNANDES, 1963, p. 301).¹³

Neste ponto cumpre ressaltar que a livre cultura do pensamento desinteressado e gratuidade de pensamento não se confundem, nem são a mesma coisa. O pensamento desinteressado tem suas funções críticas, de refinamento do poder de análise e interpretação das dimensões que escapam da órbita da aplicação imediata do conhecimento. Não se trata de um mero jogo contemplativo, mas de um determinado tipo de esforço criador, de inovações que custam a se desprender de seu estado de latência, permanecendo enquanto possibilidades sensíveis de revelações potenciais. O esforço de Florestan por imprimir alvos empíricos, teóricos e, no limite, aplicáveis às ciências sociais, não obstante procure seu espaço se acotovelando com algumas modalidades de pensamento desinteressado desenvolvido por remanescentes do “grupo Clima”, alicerça-se menos numa guerra sem quartel a este tipo de pensamento do que às chances finitas daquelas modalidades em assimilar e integrar aqueles talentos não germinados, que não puderam permanecer tempo suficiente na fina estufa das luzes para medrar as latências do pensamento desinteressado. Neste sentido, o ideal de profissionalização abraçado por Florestan e demais companheiros de universidade

deve ser interpretado como uma porta de escape para acolher aqueles que dentro do “horizonte médio de cultura” do país poderiam ter papel revolucionário nas tarefas necessárias para expiar o *status quo* das garras da inércia cultural do pensamento conservador.¹⁴

Tudo sugeriria ao jovem sociólogo a necessidade de introduzir profundas alterações, quando não mesmo reelaborações, no conteúdo do ensino ministrado pelos pais fundadores, sob muitos aspectos “mais abstrato e complexo”, orientando “a educação dos alunos” na direção do brilhantismo acadêmico, porém “menos formativo, no sentido de negligenciar demais a transmissão de conhecimentos básicos elementares” fundamentais para o desenvolvimento original de investigações empíricas que estão na base do conhecimento e da tecnologia científica. Em sua mente estava a construção das condições mínimas indispensáveis para a realização de “um ambicioso projeto de investigação” que constituísse num verdadeiro “marco de autonomia científica” (FERNANDES, 1995a, p. 103-104).

Não por acaso, algumas considerações constantes nos parágrafos anteriores remetem-se, quase que literalmente, às passagens introdutórias do projeto “Economia e sociedade: análise sociológica do subdesenvolvimento” escrito por Florestan Fernandes para servir de pedra fundamental às atividades do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho, criado em 1962, por iniciativa de seu primeiro assistente, Fernando Henrique Cardoso, e que funcionaria como braço de investigações científicas anexo à Cadeira de Sociologia I. É justamente neste o momento que se vislumbra a maturação de um longo projeto e o correspondente coroamento da estratégia para o florescimento “de um pensamento sociológico propriamente dito no Brasil”. Conforme as palavras do próprio Florestan Fernandes, em testemunho posterior:

aprendi e pratiquei uma sociologia; e, na medida em que o tempo passou, mudei com ele. No entanto, nem tão depressa, nem tão profundamente quanto seria necessário! (...) Em um dado momento, o essencial era *‘fazer ciência’*: implantar a sociologia e a investigação sociológica em nosso meio, segundo os cânones mais rigorosos do raciocínio científico. Ora, essa realização acarretava um desdobramento: ao fazer isso, chegamos a um novo patamar. A *‘ciência’* e a *‘investigação sociológica’* exigiam reflexão crítica – e reflexão crítica metódica e sistemática, pela qual submetíamos a sociedade brasileira a um novo crivo crítico. Portanto, o fim da década de 50 e o começo da década de 60 marcam a existência de um pensamento sociológico propriamente dito no Brasil. Ligado com a sociologia clássica e com as correntes contemporâneas da

sociologia; mas centrada, como pensamento crítico e negador, na análise da sociedade de classes do capitalismo periférico, dependente e subdesenvolvido. Estávamos atingindo o apogeu desse segundo momento, quando se abateu sobre o Brasil a vitória da reação e da contra-revolução. Fomos repudiados e postos na periferia de uma periferia. Contudo, a sociologia que havíamos construído servia-nos, agora, como escora: com o pensamento crítico e negador tínhamos uma posição militante. De 64 a 69, e mais tarde, refinamos e consolidamos essa escora. A sociologia passa, pois, de autoconsciência crítica à condição de arma de combate. Isso não abrangia a todos, nem era para todos. As correntes ‘conservadoras’ e ‘neutras’ ficaram à margem. Esse terceiro momento pressupõe um pensamento sociológico maduro e, ao mesmo tempo, submetido à compressão contra-revolucionária. É onde estamos no aqui e no agora [ano de 1978]. À precisão científica e à atividade negadora foi adicionada a atividade política concreta, por intersticial, pulverizada, insatisfatória que ela seja. (FERNANDES, 1980b, p. 15-17)

Essa passagem parece ajustar-se perfeitamente à tradução feita por Antonio Candido às notas predominantes da carreira sociológica de Florestan Fernandes, cuja partitura se configura intencionalmente vocacionada para um projeto de longo prazo: nos anos 40, há o sociólogo dedicado “a construção do saber” que ao se edificar “constrói a possibilidade de saber dos outros”; posteriormente, nos anos 50, “começa a se apaixonar pela aplicação do saber no mundo, porque, tendo já os instrumentos na mão, se dedica a aplicá-los para compreender os problemas do mundo”; finalmente, uma vez experimentado a aplicação do “saber à compreensão do mundo, o transforma numa arma de combate”. Assim, a partir da compreensão das vivas contradições de seu tempo, Florestan vai “amadurecendo a maneira do intelectual intervir na sociedade que gerava tais problemas”. (CANDIDO, 2001, p. 31; 28)

Um experimento sociológico

O método só se vê bem pelos resultados que produz e, quando é exigente, a sua aplicação requer muita inteligência e invenção e muito trabalho. (Pierre Bourdieu. *O poder simbólico*)

Embora Florestan sempre tenha rejeitado a ideia de uma intenção deliberada de criar uma escola, é inegável seu empenho em compor uma equipe de colaboradores de méritos equivalentes, dotados de formação semelhante, ainda que de vocações saudavelmente contrapostas, toda ela empenhada no esquadrihar das entranhas e dos diferentes ângulos da gestação da modernidade e da sociedade de

“O homem certo para a faculdade incerta” (...) Florestan Fernandes

classes no Brasil (FERNANDES, 1986, p. 240). Há mesmo quem não hesite em afirmar que sua trajetória intelectual e acadêmica é incompreensível “excluindo-se os frutos de seu projeto”, pautado pela “ideia da formação do grupo seletivo de sociólogos meticulosamente selecionados para compor o corpo de seus assistentes” (ARRUDA, 1995, p. 192). Talvez a noção de projeto de fato seja mais feliz do que a ideia de “escola”, uma vez que se revela mais adequada dar conta dos motivos individuais que levam diferentes cientistas sociais aderirem a certos valores comuns, integrando-se a um esforço coletivo de refletir sociologicamente os dilemas e as contradições do Brasil moderno, não obstante abrigando “uma série de projetos individuais distintos – e algumas vezes conflitivos –” sob o manto de uma mesma problemática compartilhada (WALESKA, 1997, p. 31).

Mesmo porque o próprio Florestan admitia não haver da sua parte, muito menos das pessoas que com ele colaboravam, a intenção de fomentar um grupo que permanecesse como meros “seguidores” ou “repetidores” de trajetórias sociológicas bem-sucedidas. O incômodo que a ideia de escola sociológica sugeria a Florestan Fernandes torna-se compreensível caso se tenha em mente o caráter um tanto quanto limitativo, parcial e fracionário dessa forma de se conceber a prática científica. Em seu modo de ver, o emprego do termo “escola” apenas se justificaria numa situação em que “os desenvolvimentos mais sólidos da sociologia não se influenciaram devidamente”, implicando, assim, na ausência de “um esforço construtivo, capaz de ir além dos limites da própria *doutrina*” de grupos de ensino e pesquisa sociológicos, numa “síntese criadora dos conhecimentos” da herança cultural deste ramo científico (FERNANDES, 1967, p. 65). Para um sociólogo educado em meio a disciplina de trabalho intelectual demasiado exigente e orgulhosa de seu ofício, esta pareceria uma concepção ainda presa a uma etapa “pré-científica”, em que não se encontra plenamente amadurecido o corpo comum de conhecimentos capaz de conferir integridade e concretude ao objeto científico peculiar da Sociologia. Conforme as ilustrativas palavras de um antigo professor de Florestan,

Na juventude de cada ciência, quando os que trabalham no campo ainda não estão seguros de seus pontos de vista, objetivos, ou métodos, ou estão isolados pelas barreiras linguísticas ou de etnocentrismo, surgem ‘escolas’, sustentando cada uma, explicita ou implicitamente, que certos pontos de vista, certos objetivos ou certos métodos são os únicos pontos de vista, os únicos objetivos ou os únicos métodos, dessa ciência. Mas, à medida que os sociólogos se põem em contato com o que está acontecendo em outras partes do

mundo e – o que é ainda mais importante – à medida que se dedicam cada vez mais à pesquisa, ou seja, à medida que cada vez mais se preocupam com a *verificação, no mundo real, das teorias* de sua disciplina, ou, por outras palavras, à medida que a *ciência* da Sociologia *amadurece*, as chamadas ‘escolas’ tendem a fundir-se e a desaparecer. (...) os sociólogos que não estão isolados pelas barreiras psíquicas ou linguísticas, foram herdeiros de *todos* os diferentes sistemas de Filosofia Social, ao conhecimento dos quais foi então adicionado o das pesquisas feitas em toda parte. Estiveram, por muitos anos, em contato com *todas* estas influências, e, agora, tratam de fazer a inevitável síntese, adicionando, também, suas próprias descobertas (PIERSON, 1973, p. 78).¹⁵

Deste modo, não obstante cada um dos cientistas sociais que gravitava em redor da Cátedra de Florestan procurasse alçar voo próprio, almejando explorar caminhos individuais, existiam inegavelmente certas atitudes, certas avaliações, senão mesmo aspirações comuns, nascidas da proximidade e convivência do grupo (FERNANDES, 1995b, p. 24). Afinal, como já ensinava Durkheim, quando um certo número de indivíduos descobre possuir ideias, interesses, sentimentos e ocupações não compartilhados pelo restante da população, é inevitável que, sob a influência de suas inclinações comuns, se sintam mutuamente atraídos, propensos a estabelecerem entre si relações regulares, associando-se num grupo restrito, com características específicas: “Uma vez formado o grupo, surge naturalmente um elo moral entre seus membros, que traz a marca das condições particulares nas quais o grupo se desenvolveu” (DURKHEIM, 1967, p. 17). No caso em questão, a necessidade de organizar suas atividades de modo a “conjugar o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da sistematização teórica e das elaborações práticas, nos diversos ramos da sociologia”, com o desafio de “incorporar a sociologia na ‘cultura’ de seu País” (FERNANDES, 1963, p. 4; 3). O problema estava justamente em calibrar pretensões intelectuais de elevada ambição “teórica” às situações de trabalho com as quais se poderia contar no ainda titubeante horizonte institucional da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras dos anos 1950-1960.

Aqui sobressai a figura do jovem professor Florestan Fernandes como espécie de liderança carismática sobre o grupo que passaria a constituir a medida que se lhe tornava clara a questão da premente sucessão dos mestres franceses e da necessidade de imprimir uma ideia diretiva ao ensino da Sociologia então ministrado na Universidade de São Paulo: de modo mais preciso, diretamente falando, das tarefas envolvidas na constituição do ensino da Sociologia enquanto

disciplina científica autônoma, ressaltando sempre seus fundamentos empíricos, portanto, distinta do conteúdo abstrato de simples filosofia social.

Se é factível admitir que o conceito weberiano de carisma permite brechas para a conciliação dos direitos de inspiração individual e da necessidade de racionalização das motivações e estruturas sociais, menos aberrante torna-se a caracterização carismática da liderança exercida por Florestan entre alguns de seus pares. De fato, do ponto de vista típico ideal, é possível dizer que em sua trajetória Florestan se firma e se afirma como uma espécie de “liderança carismática”, senão por força de energias sobrenaturais revelada pela sua capacidade de trabalho, ao menos pela qualidade extraordinária de sua ação subversiva das estruturas assentadas na tradição ou na organização legal da vida universitária da capital paulista. Em termos weberianos, o carisma é um fenômeno típico dos primórdios de ingentes transformações nas visões de mundo e formas de organização da vida em épocas pré-racionalistas, revelando-se como grande força revolucionária em momentos fortemente vinculados à tradição:

Diferentemente da força igualmente revolucionária da razão, que ou bem opera de fora por transformação dos problemas e circunstâncias da vida – e, portanto, de modo mediato, mudando a atitude ante eles – ou bem por intelectualização, o carisma *pode* ser uma renovação desde *dentro* que nascida da indignação ou do entusiasmo, significa uma variação da direção da consciência e da ação, com orientação completa das atitudes frente as formas de vida anteriores ou frente ao mundo em geral. (WEBER, 1995)¹⁶

Mas se há uma analogia possível no impulso criador que, surgido da necessidade ou da excitação emocional, visceralmente desafia a ordem vigente, é preciso atentar para os propósitos racionais presentes nesta orientação de conduta social em que se faz patente o cálculo dos custos envolvidos na eleição de meios mais adequados para se atingir determinados fins, creditando assim autenticidade à missão transgressora da autoridade carismática. O teor irracional da exaltação heroica do carisma recua à medida que avança “o interesse ideal ou material” de cimentar a centralidade da posição sociológica assumida pelo grupo liderado por Florestan, o que pressupõe a rotinização ou adaptação de alguns imperativos institucionais, metas e normas que orientassem ações de sua prática científica e regulassem o funcionamento ordenado do quadro de seus colaboradores. Em outras palavras, as transformações operadas no interior dos problemas de ordem teórica e prática, pontuadas pela revisão das teorias sociais e reconstrução das

problemáticas, impunha a crescente tomada de consciência dos valores implicados pelos objetivos específicos de mudanças sociais provocadas ou dirigidas pelo progresso da ciência e das tecnologias científicas, e a conseqüente afirmação de seus princípios de racionalização progressiva de todas as esferas da vida social em que esta ainda não havia penetrado.

O delineamento de uma estratégia de ação correspondente, é claro, não foi necessariamente alcançada por um caminho retilíneo. Compôs-se de um trajeto cheio de avanços e recuos, no qual Florestan muitas vezes se viu apertado entre as exigências das tarefas docentes e os esforços depreendidos na elaboração das duas teses sobre os Tupinambás, as quais visavam estabelecer o “prestígio de sociólogo competente” e, assim, angariar condições para poder estruturar formas mais complexas de organização do trabalho científico e intelectual (FERNANDES, 1978). Destarte, num primeiro momento Florestan estava às voltas sobre o significado geral da sociologia e do papel que ela deveria preencher no conjunto das disciplinas científicas numa era de aceleração da civilização da técnica e da ciência. A ênfase recaía então sobre a compreensão da natureza e dos fundamentos últimos da vida social: ou seja, analisar as formas de associação humana, pensar como é possível a vida coletiva ou em sociedade; descobrir os efeitos da associação sobre os indivíduos, isto é, como eles chegam a possuir atitudes comuns, sentimentos e padrões de comportamento através da socialização e, finalmente, vislumbrar fenômenos relativos à “evolução social”, por meio dos quais se busca compreender distintos mecanismos de mudança social.

Aqui, note-se bem, ainda são bastante palpáveis as marcas de um travejamento nitidamente francês da transmissão dos conhecimentos sociológicos, seja pela discreta alusão à “estática” e à “dinâmica” sociais de cariz comteano – ou, se preferirmos, à “morfologia social” e à “fisiologia social” da escola durkheiminiana –, seja pelo acento dado às indagações de caráter geral, quase “filosófica”, acerca do significado da elaboração do conhecimento científico sobre a ordem social, sua constituição, manutenção e transformação. Tamanha ênfase no adestramento em um pensamento elevado, senão mesmo “relativa negligência quanto ao treinamento” e “ao preparo teórico” básico necessário para enfrentar questões técnicas da investigação sociológica, “redundava em um ensino altamente abstrato e que levava os estudantes a trabalhar principalmente com ideias”, alimentando “ambições intelectuais muito amplas”, quiçá excessivas para a situação cultural vigente (FERNANDES, 1978, p. 7; 9). Tais fatos, portanto, não escondem que a preocupação

“de expurgar a Sociologia dos resíduos filosóficos mais prejudiciais ao espírito científico” não estava até então posta na ordem do dia. Não, ao menos, no início da carreira (FERNANDES, 1960, p. 35).¹⁷

Verdade é que Florestan aos poucos irá reconhecendo a extravagância de sua postura face ao cenário intelectual de sua época. Todavia, seu primeiro impulso foi levar para o ensino tais preocupações acerca “do que deveria ser a sociologia”, induzindo os estudantes a participarem de suas inquietações teóricas. A percepção da ambivalência e dos limites desta orientação pedagógica e aspirações teóricas de início de carreira vai adquirindo evidência a partir do contato mais próximo e assíduo com os estudantes:

Já em 1945 dediquei todo um semestre ao estudo exclusivo de *As regras do método sociológico*. Por aí vocês podem ver o grau de impregnação teórica de minhas aspirações. Mas ao levar as minhas preocupações para os estudantes eu comecei a me dar conta das limitações que elas continham. Descobri que esse não é o melhor caminho. Quase sempre o professor jovem é muito inquieto e isso é muito construtivo para o estudante – pelo menos ele penetra, assim, rapidamente nas grandes questões da reconstrução de uma ciência. (...) Em 1949, por exemplo, via que começava o primeiro semestre com uma classe de cinquenta ou sessenta alunos. Quando chegava ao segundo semestre, estava com vinte ou vinte cinco alunos! Eles fugiam do curso – ou seja, de mim! Fugiam porque não tinha como acompanhar aquele curso. Dentro do meio intelectual brasileiro essa tem de ser a regra. (...) o estudante conta com condições precárias para montar sua vida intelectual. Se o professor se converte num fanático dos textos, das grandes teorias, o estudante não tem outra saída senão fugir dele. (FERNANDES, 1978, p. 20 ss.)

Daí que Florestan vai se conscientizando da necessidade de ajustes em sua atividade docente: qual a importância desse tipo de ensino para jovens cientistas sociais? Era isso que deveriam aprender para realizar uma carreira científica sólida e proveitosa? Mas os reparos da experiência viva e concreta nestes anos de aprendizagem não se limitam às questões didáticas: transbordavam também para as dimensões, por assim dizer, “psicossociais” que assaltam o jovem licenciado, inseguro ante as lacunas entrevistas em sua formação profissional, exposto abruptamente às expectativas e responsabilidades do ingresso na carreira científica na prestigiosa Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Próximo ao término de sua graduação, ao se ver cortejado para assumir posto de segundo assistente junto a cátedra de Fernando de Azevedo, Florestan confessava encontrar-se em estado de perplexidade diante da torrente de dúvidas que o assaltavam

sobre as mais variadas questões, sem saber ao certo como caracterizar a sociologia, seus problemas fundamentais e como abordá-los vantajosamente, tendo em vista as oportunidades de investigação existentes no Brasil. (...) a aprendizagem com que contavam os alunos de ciências sociais tinha um alto padrão e assegurava-lhes bases para maiores voos, no caso de se disporem a realiza-los. Não lhes oferecia, porém, apoio seguro na transição inevitável dos papéis de aluno para os papéis de professor ou de pesquisador. (FERNANDES, 1963, p. 183)

Destarte, paralelamente ao curso de licenciatura, se impõe um intensivo programa de estudos e leituras, mergulhando fundo nas principais correntes da literatura das ciências sociais, preparando-se, inclusive, para postular o ingresso no programa pós-graduação na Escola Livre de Sociologia e Política.

Em 1945, recém empossado assistente na Cadeira de Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes fora, simultaneamente, admitido como aluno no mestrado da ELSP. Nesta instituição, onde pontificava Donald Pierson, sociólogo norte-americano discípulo de Robert E. Park, Florestan imaginava completar sua formação acadêmica, estreitando contato com as tradições de investigação empírica propagada tanto pela Escola de Chicago e como pela antropologia inglesa.¹⁸ Se a organização dos cursos obrigatórios de sociologia e os desencontros com o professor Pierson frustravam as melhores esperanças de um burilamento intelectual, maiores surpresas o aguardavam nos cursos de antropologia de Emílio Willems e nos seminários de etnologia brasileira conduzidos por Herbert Baldus, que afinal se tornaria seu orientador no mestrado. Afora a oportunidade de encetar a observação crítica e participante do rendimento docente e institucional das duas experiências nucleares das ciências sociais paulistas, Florestan vivenciaria ali momentos decisivos para sua formação e ulterior desenvolvimento de seu destino profissional.

Em primeiro lugar, para um aluno egresso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, acostumado a dissecação exaustiva de complexos sistemas de pensamento, o tipo de ensino praticado nos cursos do professor Pierson pareceria um tanto quanto elementar em sua pragmática sistematização de conceitos, mais obstinada em clarificar e consolidar a validação de instrumentos de trabalho à pesquisa de campo que a reconstituição cuidadosa de linhas de interpretação sociológica.¹⁹ Todavia, como nunca deixou de reconhecer Florestan Fernandes, tais cursos descortinavam ideias construtivas a propósito de uma modalidade básica de fixação de conceitos fundamentais e das técnicas e métodos de investigação sociológica. Por outro lado, nos “fantásticos” seminários do professor Baldus,

verdadeira “tribuna livre” onde se discutiam “as ideias de Trotsky, os desenhos de Walt Disney ou qualquer coisa viva, importante”, surgiram as ocasiões de verificar as potencialidades da utilização dos recursos sociológicos nos estudos etnográficos da experiência de desenraizamento do bororó Tiago Marques Aipobureu, socializado nos interstícios do mundo dos brancos e de sua comunidade de origem, e no exercício de reconstrução histórica da organização social e articulação das várias partes do sistema social tribal dos Tupinambás através da exploração crítica e sistemática dos dados oferecidos pelos cronistas dos séculos XVI. Finalmente, no curso de E. Willems, a elaboração da monografia sobre “A concepção de Ciência Política de Mannheim”, que consolidaria, senão abriria, as sendas para futuras investidas rumo a construção de uma sociologia como autoconsciência crítica da sociedade, fatora da “síntese mais completa das tendências de uma época”, nas palavras de Mannheim.²⁰

Num certo sentido, a frequência nos cursos pós-graduados na Escola de Sociologia e Política propiciaria oportunidade para acentuar e aprofundar a experiência vivida no preparo dos trabalhos de aproveitamento sobre o folclore paulistano, apresentados para a cadeira de Roger Bastide, em fins de 1941, durante o primeiro ano do bacharelado na Faculdade de Filosofia. Nestes estudos, Florestan procurava captar as conexões entre o folclore e as situações sociais de uma cidade em franco processo de transformação, aliando um esforço de revisão e sistematização crítica de conceitos sociológicos com o trato de vasto material empírico sobre grupos de folguedo infantis que conseguira coligir de forma um tanto quanto improvisada e amadorística pelos diversos bairros da capital em que havia morado. Muito embora o modo como foram feitas as incursões na pesquisa de campo pudesse sugerir a pesquisadores mais experientes e mais familiarizado com as modernas técnicas de investigação empírica uma orientação deveras “desastrada”, os resultados alcançados pelo denodo pessoal do jovem estudante de ciências sociais eram de monta a inspirar a confiança e expectativa do professor Bastide e do professor Emílio Willems, editor da revista *Sociologia*, com os quais discutiria pormenorizadamente a natureza de um trabalho de pesquisa e os “quadros de interpretação dos dados” nela coletados. De Emilio Willems, ademais, receberia instruções precisas a respeito dos cuidados necessários e das possibilidades de uso das técnicas norte-americanas de observação e pesquisa sociais:

a experiência no trato com material empírico foi aprofundada de uma maneira que não era comum. De um lado, me vi alertado tanto para as técnicas de investigação que não foram usadas e que deveriam ser, quanto para as técnicas de investigações que foram usadas mal e mal aplicadas. De outro, com a contribuição do professor Bastide, melhorei minha focalização sociológica dos quadros intelectuais do folclore logrei chegar por uma interpretação mais rigorosa de vários problemas. Tudo isso criou uma exigência maior e me levou a pensar a relação entre pesquisa e teoria de uma maneira um pouco mais instrumental. Eu saí um pouco da tendência de estudante de ficar preso a certos livros e descobri que a pesquisa é instrumental para o trabalho intelectual: a teoria se constrói através da pesquisa. (FERNANDES, 1978, p. 11)

Ou seja, além de render do ponto de vista do conhecimento teórico e científico, as pesquisas empíricas também demonstravam comportar vantajosas condições para se travar contatos com sociólogos calejados nos meandros da profissão e dos processos ligados à investigação de campo, coleta e análise de dados. Afinal, do ponto de vista do método e da interpretação, fora a ousadia analítica de Florestan em seus estudos sobre grupos folclóricos paulistanos que lhe abrisse as portas para o mundo da sociologia “profissional”. Grosso modo, tal qual as atividades recreativas dos grupos de folguedos infantis, as experiências dos estudos folclóricos apareciam para Florestan como “uma suave introdução à sociedade, humanizando e nacionalizando” os que assim ingressavam em novos círculos sociais.²¹

Definitivamente, ficava cada vez mais claro que a (re)descoberta do Brasil, não mais pelo mero cotejar dos documentos brasileiros, mas pelo exame metódico das relações estruturais presentes na vasta rede das forças sociais, constituía um fértil terreno para semear o diálogo entre diversas tradições sociológicas europeia e norte-americanas, menos pelo ponto de vista da cópia que da assimilação crítica. Por outro lado, cumpre ressaltar que é justamente neste momento que se torna possível esboçar um esforço orgânico de ampliação e aprofundamento das modalidades abertas à análise e à explicação sociológicas que articulem esquemas de interpretação funcionalista da “organização social” com os intentos de intervenção social de cunho mannheimiano. Aos poucos esta seria a marca que procuraria imprimir no curso de sua carreira docente e de pesquisa.²²

Tanto é que na introdução de sua dissertação de mestrado sobre os Tupinambás há todo um esforço de elaboração crítica do conceito de organização social – o que, aliás, não deixa de expressar a tradição francesa dos longos discursos sobre o método -, no intuito, porém de justificar sua operacionalidade na

reconstituição histórica dos traços fundamentais da estrutura social peculiar aos tupi (FERNANDES, 1970, p. 113-163). Partindo das considerações de Mannheim sobre a origem e as determinações sociais das formas de pensamento, distinguindo as esferas do processo social sujeitas às estruturas “racionais”, com suas regulamentações estereotipadas dos usos e costumes, da matriz “irracional” que envolve algumas dimensões do processo de interação dos componentes da sociedade, Florestan pretendia alcançar aquela “parte integrante da essência da vida grupal” que Malinowski chamava de “imponderáveis da vida real” das tribos nativas e, assim, captar as conexões entre indivíduo e estrutura social.²³ A solidariedade analítica entre os pontos de vista da sociologia do conhecimento e a perspectiva das “modernas” técnicas da investigação etnológica tornava-se possível pela suposição comum de que a “posição social determina, segundo estes autores, em grande parte, o comportamento e as atitudes dos indivíduos em sociedade”. Em sendo assim,

o conhecimento de um conjunto ordenado de relações recíprocas uniformes e dos padrões correlativos de comportamento ... permite[m] situar de modo conveniente alguns problemas teóricos fundamentais. Em primeiro lugar define a natureza do papel desempenhado pelos indivíduos no alargamento das esferas da vida social sujeitas a certo controle. Os alargamentos desse gênero, que correspondem ao próprio desenvolvimento da organização social no tempo, não constituem consequências unilaterais dos processos de interação social. Explicam-se, de um modo mais amplo, como produtos de uma situação existencial complexa, em que os diferentes tipos de contato e de interação humana são referidos às motivações psicológicas e sociais. Em segundo lugar, facilita o estudo da natureza das tendências à mudança, observadas em sociedades de organização social diferente, por meio da comparação do ritmo de emergência das situações de conflito. Em terceiro lugar, evidencia a concomitância das formas sociais e dos conteúdos culturais correspondentes. A submissão de situações sociais de conflito a novos padrões ideais de comportamento é paralela ao aparecimento ou ao alargamento de estruturas ou segmentos sociais. Em quarto lugar, permite compreender como as forças e processos psicológicos e sociais dão origem e perpetuam as instituições sociais. Segundo este ponto de vista, um problema considerado fundamental por alguns antropólogos, como seja a função desempenhada pelas instituições no desenvolvimento da “natureza humana”, tem pouca relevância. Em seu lugar o etnólogo deve colocar ... o estudo das bases sociopsíquicas do processo através do qual se realiza a integração social. Ou seja, em outras palavras, o estudo dos aspectos totais das “acomodações dos indivíduos uns aos outros”. (FERNANDES, 1970, p. 124; 136-37)

Nesse exercício de saturação do conceito de organização social é possível vislumbrar todo um programa de trabalho que se fará presente na constituição do grupo de cientistas sociais que Florestan procurará articular à sua volta. Ao ser concebido como um sistema ordenado de relações sociais ou de comportamento, o conceito de organização social pode servir como um eficiente mecanismo de “integração e de diferenciação das ações e relações sociais em um todo consistente”, capaz de

mobilizar meios especiais de adestramento dos indivíduos e de modificações das atividades sociais (...) por meio da distribuição das funções na base do aproveitamento social das capacidades e aptidões desiguais dos seres humanos. A organização social assegura, portanto, a unidade e a regularidade da vida social, promovendo a diferenciação de pessoas e funções na sociedade. (...) A questão da existência de condições favoráveis ao aproveitamento, pelo menos, de certo número de indivíduos, de ambos os sexos, e de meios adequados de adestramento dos mesmos surge como uma questão capital. Em qualquer sociedade, questões desta natureza devem ser resolvidas por meio dos mecanismos e processos subordinados à organização social. (FERNANDES, 1970, p. 153-154; 156)

Nesta chave analítica não é difícil perceber como tal conceito poderia ser extremamente funcional à efetivação de uma estratégia que tivesse como objetivo a configuração de um grupo que expressasse e se ajustasse às exigências de *uma situação existencial complexa*. Isto é, um grupo de indivíduos agregados por *motivações psicológicas e sociais*, comprometido com *novos padrões ideais de comportamento*, buscando construir, *através da síntese das tendências mais avançadas da época*, instrumentos racionais de intervenção *numa realidade em mudança*. Leitor atento de Mannheim e Malinowski, profundo conhecedor dos temas clássicos das principais correntes sociológicas, Florestan estava perfeitamente ciente dos controles e das determinações sociais e culturais, portanto “extra-individuais”, dos condicionantes da ação humana. Mas, através destas leituras, também aprendeu que,

apesar do controle, da direção e das inibições sociais, os indivíduos têm várias possibilidades de dar um cunho pessoal às suas atividades. Em função do grau de inteligência e da capacidade de consciência dos problemas contemporâneos, os indivíduos podem descobrir soluções inéditas, mas de caráter positivo em face das necessidades grupais. Em si mesma, porém, a descoberta é culturalmente irrelevante, qualquer que seja a qualidade do inventor e sua posição social – seja ele um guerreiro ou líder religioso. Ela só se torna culturalmente significativa quando se transforma em

“O homem certo para a faculdade incerta” (...) Florestan Fernandes

atividade cooperativa organizada. Por isso, o inovador precisa interessar um grupo de indivíduos pela descoberta, introduzindo-a dentro de suas esferas de preocupação. Conseguindo isto, uma ideia central, um objetivo comum, passa a unir os indivíduos interessados na inovação e em seu aproveitamento social. Eis como Malinowski descreve este processo em relação a líderes religiosos, bem-sucedidos na reunião dos fiéis: “então eles se organizam, isto é, equipam-se a si próprios materialmente, e adotam um número de regras de *status* e um número de regras de eficácia, com as quais realizam suas atividades rituais e praticam seus princípios dogmáticos e morais”. Um homem pode exercer, portanto, dentro de certos limites, atividades criadoras. E pode reunir, em consequência, seus semelhantes em torno de uma ideia, dando origem a um grupo social organizado e a novas formas de cooperação social. Do mesmo modo, as pessoas podem tomar a iniciativa de ingressar tanto em um grupo em processo de organização, como em grupos já organizados, visando à defesa ou consecução de uma ideia. No último caso, o indivíduo é muitas vezes levado a participar de atividades sociais sem manifestar ou sem ter consciência de suas inclinações pessoais. Contudo, é óbvio, se tais casos entrarem em linha de conta, a noção fundamental do sistema de conceitos é extraída da primeira alternativa, em que a cooperação consciente e desejada é mais evidente. (FERNANDES, 1970, p. 150-151)

É mais ou menos por esta data que, na carreira de Florestan, se evidenciam os primeiros sinais de rotação em suas preocupações intelectuais. Com a conclusão da pesquisa de reconstituição histórica da organização social dos tupinambás, o jovem sociólogo atingia, finalmente, “a estatura de um artesão que domina e ama o seu mister, porque sabe como deve praticá-lo e para o que ele serve”. Firmava-se, destarte, a convicção de que “nenhum sociólogo é capaz de realizar o seu ofício antes de percorrer todas as fases de um projeto de investigação completo, no qual transite do levantamento de dados à sua crítica e à sua análise e, em seguida, ao tratamento interpretativo propriamente dito” (FERNANDES, 1980a, p. 175). Desde então, passa a se ocupar menos com o que poderia fazer enquanto sociólogo do que com o que a universidade deveria fazer para formar intelectuais que fossem aptos a preencher vários papéis – isto é, incutir na mentalidade universitária, além da formação teórica e geral, a formação de professores, de investigadores e técnicos. A ênfase se desloca da carreira sociológica individual para a constituição de um grupo de professores e pesquisadores capaz de produzir trabalhos em sociologia “que pudessem dar uma contribuição maior tanto no terreno da investigação empírica, quanto no da construção da teoria” (FERNANDES, 1978, p. 22).

Assim, gradativamente, Florestan passaria a compreender e a integrar ao ensino um aspecto mais instrumental, e procurando “estabelecer uma ligação entre o que o estudante aprendia e o que ele deveria aprender” (FERNANDES, 1978, p.

20-21). Nesta atitude é possível enxergar uma crítica ao seu trabalho intelectual e de seus professores – portanto, crítica impessoal e institucional – que se abria para novos horizontes de exigência para “uma tentativa de adaptar o ensino de sociologia às condições brasileiras” e à afirmação de um padrão de trabalho científico rigoroso e de formação de cientistas sociais competentes:

Foi graças ao ensino que adquiri outra visão do que eu deveria fazer. É claro que levei para o ensino as minhas preocupações. Eu pus o estudante em contato com as ideias do que deveria ser a sociologia desenvolvendo, com eles, gradualmente, as conclusões que mencionei acima [sobre a relação entre teoria e pesquisa, problemas relacionados com a definição do objeto e divisão dos principais campos de investigação científica em sociologia, técnicas de investigação empírica, etc.] (...) Penso que em termos pedagógicos a minha orientação foi construtiva, já que os levei a ler muitos autores que eram ignorados ou mal conhecidos. Os professores franceses citavam muitos autores, mas eu imprimi outra diretriz ao seu aproveitamento, preocupado que estava com a pesquisa empírica sistemática e com a construção ou a verificação das teorias. Daí o impulso no aproveitamento de Mannheim, Freyer, a ‘Escola de Chicago’, os antropólogos ingleses, além dos autores clássicos e de Mauss ou Durkheim. Mannheim, em particular, foi muito importante; (...) através das pistas que ele abre em *Ideologia e utopia*, *Homem e sociedade em uma época de transição* e em outros livros, eu podia ligar os estudantes às grandes correntes da Sociologia clássica e ao que se estava fazendo graças à pesquisa empírica na Psicologia Social e na Sociologia moderna, nos Estados Unidos e na Europa. (FERNANDES, 1978, p. 20 ss)

Vencida a primeira década de suas atividades universitárias, Florestan apresentava-se maduro para operar esta “orientação pedagógica” e pôr em movimento este complexo repertório sociológico, conferindo-lhe um sentido altamente sugestivo e rentável em termos de construção de planos de estudo e projetos pesquisa coletivos. Daí em diante, ele se empenharia de corpo e alma para mobilizar todo esse conhecimento como meio para realizar, “de modo equânime e completo, os ideais de organização da vida humana consagrados pela moderna *civilização ocidental*”, como que a depositar “enormes esperanças na ciência e na tecnologia científica” enquanto instrumentos viáveis para anular a “distância histórico-cultural” que separava os “países subdesenvolvidos” dos “países adiantados” (FERNANDES, 1963, p. 300).

Se é correto admitir que a ciência é uma atividade social organizada, que pressupõe apoio da sociedade, deixando-se por ela condicionar, o modelo de consolidação e generalização da sociologia como disciplina universitária foi

beneficiado por uma situação histórica fortemente marcada por processos de desorganização social ou de crise dos parâmetros estruturais de estabilidade social muito vívidos na cidade de São Paulo ao longo das décadas de 1940 e de 1950.

A capital paulista, ao antecipar “o futuro provável de outras comunidades brasileiras em urbanização e em industrialização” (FERNANDES, 1979, p. 11), despontava assim como um verdadeiro laboratório experimental para as ciências sociais. Neste sentido, Florestan soube entrever as correspondências mais ou menos perceptíveis entre o momento histórico e as possibilidades efetivas de intervenção na realidade existente; mais até, soube aproveitá-las de modo criativo e vigoroso. Delineava-se, assim, um experimento sociológico de ampla ressonância educacional e científica.

NOTAS

1. Nas palavras da autora: “Quanto a Florestan Fernandes, era o homem certo para a faculdade incerta. Sua origem social, somada às dificuldades de toda ordem que enfrentara na infância e na adolescência, dificilmente lhe franquearia o ingresso numa faculdade como a de Direito ou de Medicina”. Tal fato, ao mesmo tempo que vedava o acesso às carreiras universitárias de maior prestígio – Direito, Medicina ou Engenharias -, franqueava uma vívida sociabilidade em meios sociais diversos que se tornariam um trunfo para o desempenho de uma virtuosa carreira no curso de ciências sociais: “Destituído de todo tipo de capital – *concluiria H. Pontes* -, Florestan encontraria no curso de ciências sociais (...) a única chance que ele tinha de ingressar numa experiência universitária”. (PONTES, 1998, p. 171).
2. A expressão é de Florestan Fernandes (FERNANDES, 1966, p. 241). Consultar, também, sobre o tema: GIANNOTTI, 1987, p. 62-70; SCHWARTZMAN, 1979, p. 191-214.
3. Conforme lê-se em nota na revista *Anhembi*, São Paulo, vol. XXX, n. 89, p. 306.
4. Palavras extraídas do discurso de Júlio de Mesquita Filho como paraninfo a primeira turma de formando da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.
5. Ver a nota já citada da revista *Anhembi*, São Paulo, v. XXX, n. 89, p. 306.
6. *Anhembi*, São Paulo, v. XXX, n. 89, p. 306.
7. São palavras de Antonio Almeida Prado, um dos primeiros diretores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.
8. Palavras de Mário Wagner Vieira da Cunha.
9. As demais citações contidas na sequência deste parágrafo também correspondem a mencionada passagem desta obra.
10. Consultar também, a este respeito, o ensaio de Gabriel Cohn (2005).
11. As palavras entre aspas dessa frase reproduzem trecho de editorial da revista *Clima*.
12. Neste sentido, são significativas as palavras de Fernand Braudel inscritas no *Anuário da Faculdade de Filosofia* de 1935, as quais parecem traduzir com bastante fidelidade a nota predominante dentre os integrantes da missão francesa: o assíduo contato com as “terras clássicas” da história e do pensamento ocidental constituía o caminho mais “direto e o

mais proveitoso” para o aprendizado de “uma cultura geral de base, sem a qual é difícil progredir com rapidez”. Ao destacar as virtudes e deficiências de seus alunos brasileiros, o historiador francês apontava “o desejo, a necessidade, a paixão de ver tudo do alto, de um pouco alto demais até... Um amor inteligente da terra brasileira”. Porém, detectava graves lacunas na formação destes alunos, as quais se manifestavam”, entre outras maneiras, na “forte tendência para filosofar sem o saber” (*Apud.* MARTINEZ, 2008, p. 195). Por outro lado, a ironia de Claude Lévi-Strauss comparava e chegava a descrever a calorosa recepção da missão francesa como parte de um verdadeiro “minueto sociológico”, no qual a sede por “especialização no plano mundano ia de par com um apetite enciclopédico” da sociedade paulista. (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 96). Ver também a entrevista de Antonio Candido a Heloisa Pontes, publicada na *Revista Brasileira de Sociologia*.

13. Todavia, em outra passagem desta mesma obra, Florestan procura relativizar seu ponto de vista ao afirmar que “seria injusto concluir que os mestres franceses tenham tentado transplantar o padrão de ensino universitário a que estavam habituados em seu país. Eles perceberam, logo, que isso seria impraticável. A verdade é que não encontraram condições apropriadas de trabalho e precisaram acomodar-se a uma situação na qual só podiam exercer influências frutíferas na área da transmissão pura e simples dos conhecimentos de que eram portadores. Não contaram com pessoal docente auxiliar em número suficiente (deixando-se de lado o triste capítulo das improvisações) nem com pessoal qualificado para pesquisas e, o que é pior, jamais chegaram a ter a possibilidade de corrigir essas anomalias” (FERNANDES, 1963, p. 183-184).
14. Talvez fosse o caso de se refletir se o pendão estético e cultural das primeiras gerações de formandos da Faculdade de Filosofia reunidos no grupo da revista *Clima* não perde fôlego com a própria institucionalização das conquistas do modernismo, da qual este grupo se fez legítimo herdeiro e sucessor, atuando não mais como criadores, mas essencialmente como críticos – isto é, realizando a crítica não mais pela *práxis* da criação estética, mas fundamentalmente pela análise crítica da consistência interna das obras e seus desdobramentos no plano da criação estética, em suma, uma diferenciação e/ou especialização entre produtores e intérpretes da cultura. A ascensão do grupo de Florestan viria, deste ponto de vista, do fato de que, uma vez integrada a “revolução” estética na sociedade, com o estreitamento das brechas subversivas dos modos de vida pela produção cultural mais ou menos domesticada e absorvida pelos novos horizontes de sociabilidade abertos no meio urbano, outras ordens de revolução se abrem ao esforço de análise crítica do olhar sociológico. O desenvolvimento da esfera material e seus impactos nas outras esferas do social, exigindo ajustamentos não mais da assimilação da produção cultural, mas de papéis e funções sociais num mundo em transformação celerada. Quando, no final dos anos setenta e oitenta, também se completa o ciclo modernizador, há o refluxo de novos estudos culturais onde, apesar da hegemonia ou predominância de certa modalidade de praticar o ofício de sociólogo, há um renovado interesse nas leituras sobre as possibilidades de resistência culturais do avalanche modernizador com um registro não mais conservador, porém humanizador e progressista. Donde o ceticismo crítico de Roger Bastide e seus seguidores mais próximos novamente suplantara o otimismo cientificista do jovem Florestan. Salvo em alguns pequenos círculos, também tornado marginais, é que a leitura da chave analítica de Florestan se sobressai aos trabalhos inspirados, por exemplo, nos ensaios de crítica de Antonio Candido. Um outro olhar sobre estes temas pode ser encontrado nas sugestivas observações contidas nos artigos de Luiz Carlos Jackson (JACKSON, 2004; JACKSON, 2007).
15. A primeira edição deste livro é de 1945, resultando na compilação de artigos anteriormente publicados na revista *Sociologia*, editada por Emílio Willems e Romano Barreto, entre 1939 a 1947, em São Paulo.
16. Na teoria weberiana dos tipos puros de dominação legítima, o carisma é definido por certas qualidades que caracterizam uma personalidade singular, em virtudes das quais essa figura é considerada extraordinária, quase que condicionada magicamente em sua origem, e tratada como se fosse dotada poderes ou força sobrenaturais, sobre-humanas

- ou, pelo menos, excepcionais (WEBER, 1995, p. 193-204, em especial p. 196-197). Ver, também, o verbete “carisma” no *Dicionário de Ciências Sociais*. (Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação, coordenação geral Benedito Silva). Rio de Janeiro: Editora FGV, 1986, p. 152-153.
17. A frase entre aspas citada nessa passagem encontra-se no célebre verbete de Florestan sobre “A Sociologia: objeto e principais problemas”, escrito para *Enciclopédia Delta*, em 1957 e reproduzido no mencionado livro três anos depois.
 18. Cumpre lembrar que, no início da década de 1940, a Escola Livre de Sociologia e Política, além de abrigar a publicação de *Sociologia*, uma das poucas, senão a única, revista especializada na divulgação científica na área de humanidades - difundindo uma linha editorial de revisão e atualização bibliográfica a respeito de conceitos e temas básicos da disciplina-, tivera em seus quadros a colaboração de figuras como Radcliffe-Brown, T. Lynn Smith e Kalervo Oberg.
 19. Em 1981, ao prefaciar a 18ª edição de *Teoria e pesquisa em sociologia*, Pierson recordava a censura que “certo crítico jornalista” lhe endereçara na ocasião da publicação original do livro em 1945: a obra não poderia ter muito valor, “visto que se lê com demasia facilidade”. Evocando os ensinamentos de seu antigo mestre Robert E. Park, Pierson defendia-se ao reafirmar suas convicções sob a advertência de que “a clareza pode produzir, às vezes, a ilusão de que as ideias são mais simples do que, de fato, são”. O curioso, entretanto, está no fato de que tal incidente o fazia lembrar “de certo aluno querido (aliás tenho carinho para com todos meus alunos) que assistia a um seminário nosso, onde julgou justamente o oposto, isto é, obscuridade de expressão. Para alguns colegas, porém, a participação dele mereceu elevado apreço, visto que a linguagem que usou era eruditíssima e as frases tão complicadas que, não sabendo, às vezes, precisamente seu sentido, os outros ficavam altamente impressionados com o que parecia ser uma inusitada profundidade de pensamento, acima, talvez, de sua capacidade de compreender” (PIERSON, 1981, p. 9). Embora alusiva, esta passagem refere-se, senão ao próprio Florestan, certamente a algum dos alunos egressos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que, apesar de relativa resistência, aportaram no curso de pós-graduação da Escola Livre de Sociologia e Política nos idos da década de quarenta do século passado. Os interessados na obra e no papel exercido pelo magistério de Donald Pierson no Brasil podem encontrar sugestivas informações nos trabalhos de: MASSI, 1991; VILA NOVA, 1998; GUIMARÃES, 1999.
 20. Sobre a importância dos cursos de Donald Pierson ver os depoimentos de Florestan Fernandes (FERNANDES, 1980, p. 170 ss.); (FERNANDES, 1995b, p. 16) e a entrevista concedida a José Albertino Rodrigues publicada no livro *Cientistas Brasileiro*, p. 71. Sobre a relação com Herbert Baldus (FERNANDES, 1978; 1995b). O trabalho sobre Mannheim pode ser consultado em: FERNANDES, 1970, p. 223-291. A menção da frase de Mannheim citada acima está na p. 228.
 21. Para uma análise da importância dos estudos folclóricos na elaboração da concepção científica da sociologia em Florestan Fernandes, consultar os textos de Garcia (2001) e Castro (2020). Também é útil a consulta do artigo de Ortiz (1990). A expressão entre aspas no período acima corresponde a uma passagem do texto de Florestan sobre “Folclore e grupos infantis”, citada por Sylvia G. Garcia no artigo mencionado nesta nota.
 22. Salvo engano, o trabalho de Enno Dagoberto Liedke Filho foi pioneiro na exploração sistemática do estudo sobre o papel fundante da “síntese original entre a problemática básica da ciência política mannheimiana e o método funcionalista” como esteio metodológico da “formulação teórica originária” da “escola” uspiana. (LIEDKE FILHO, 1977).
 23. “Há uma série de fenômenos de suma importância que de forma alguma podem ser registrados apenas com o auxílio de questionários ou documentos estatísticos, mas devem ser observados em sua plena realidade. A esses fenômenos podemos dar o nome de os *imponderáveis da vida real*. Pertencem a essa classe de fenômenos: a rotina do trabalho diário do nativo; os detalhes de seus cuidados corporais; o modo como prepara sua

comida e se alimenta; o tom das conversas e da vida social ao redor das fogueiras; a existência de hostilidade ou de fortes laços de amizade, as simpatias ou aversões momentâneas entre as pessoas; a maneira sutil, porém inconfundível, como a vaidade e a ambição pessoal se refletem no comportamento do indivíduo e nas reações emocionais daqueles que o cercam. Todos esses fatos podem e devem ser formulados cientificamente e registrados; entretanto, é preciso que isso não se transforme numa simples anotação superficial de detalhes, como usualmente é feito por observadores comuns, mas seja acompanhado de um esforço para atingir a atitude mental que neles se expressa”. (MALINOWSKI, 1976, p. 33-34).

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Maria Armanda Nascimento. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: MICELLI, Sergio (org.) *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 1995. v. 2.
- ARRUDA, Maria Armanda do N.; GARCIA, Sylvia G. *Florestan Fernandes: mestre da sociologia moderna*. Brasília: Paralelo 15; CAPES, 2003.
- AZEVEDO, Fernando de. *Sociologia educacional*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1951.
- CANDIDO, Antonio. *Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- CARDOSO, Irene Arruda R. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982.
- CASTRO, Conrado Pires de. O folclore em mente e renovadamente em questão. In: *Anais do I Encontro sobre pensamento social brasileiro da Unesp de Marília: 100 anos do nascimento de Florestan Fernandes*. Departamento de Sociologia e Antropologia e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, Marília, 2020.
- COHN, Gabriel. Florestan Fernandes e o radicalismo plebeu em Sociologia. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 15, p. 245-250, 2005.
- DURKHEIM, Emile. *De la división del trabajo social*. Buenos Aires: Schapire, 1967.
- FERNANDES, Florestan. *A condição de sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- FERNANDES, Florestan. *A contestação necessária*. São Paulo: Ática, 1995a.
- FERNANDES, Florestan. Depoimento. In: *CIENTISTAS Brasileiro: depoimentos*. São Paulo: SBPC, 1998.
- FERNANDES, Florestan. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus; Edusp, 1966.
- FERNANDES, Florestan. *Elementos de sociologia teórica*. São Paulo: Nacional, 1970.
- FERNANDES, Florestan. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. São Paulo: Pioneira, 1960.
- FERNANDES, Florestan. Esboço de trajetória. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 40, 1995b.

- FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1967.
- FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1979.
- FERNANDES, Florestan. *A natureza sociológica da sociologia*. São Paulo: Ática, 1980b.
- FERNANDES, Florestan. *Que tipo de República?* São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1980a.
- FERNANDES, Florestan. *A sociologia numa era de revolução social*. São Paulo: Nacional, 1963.
- GARCIA, Sylvia G. *Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- GARCIA, Sylvia G. Folclore e sociologia em Florestan Fernandes. *Tempo Social*, v. 13, n. 2, p. 143-167, 2001.
- GIANNOTTI, José Arthur. Aula inaugural de 1987: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 17, p. 62-70, 1987.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio. *Raça e anti-racismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.
- JACKSON, Luiz Carlos. A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940-1965). *Tempo Social*, v. 16, n. 1, p. 263-283, 2004.
- JACKSON, Luiz Carlos. Tensões e disputas na sociologia paulista (1940-1970). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 65, p. 33-49, 2007.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- LIEDKE FILHO, Enno D. *Teoria e método na escola da USP (1954-62)*. Brasília, 1977. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília.
- MALINOWSKI, B. *Argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. *A dinâmica de um pensamento crítico: Caio Prado Jr. (1928-1935)*. São Paulo: Edusp, 2008.
- MASSI, Fernanda. *Estrangeiros no Brasil: a missão francesa na USP*. Campinas, 1991. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas.
- ORTIZ, Renato. Notas sobre as ciências sociais no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 27, p. 163-175, 1990.
- PIERSON, Donald. *Teoria e pesquisa em sociologia*. 15. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1973.
- PIERSON, Donald. *Teoria e pesquisa em sociologia*. 18. ed. rev. São Paulo: Melhoramentos, 1981.
- PONTES, Heloísa. *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica no Brasil*. São Paulo: Nacional; Rio de Janeiro: FINEP, 1979.

VILA NOVA, Sebastião. *Donald Pierson e a escola de Chicago na sociologia brasileira: entre humanistas e messiânicos*. Lisboa: VEGA, 1998.

WALESKA, Ana Mendonça. O projeto de Anísio Teixeira. In: BRANDÃO, Zaia; WALESKA, Ana Mendonça (org.) *Uma tradição esquecida: por que não lemos Anísio Teixeira?* Rio de Janeiro: Casa de Professores, 1997.

WEBER, Max. *Economia y sociedad*. 2. ed. México: Editora FCE, 1995.

Conrado Pires de Castro é Professor do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Educação, Linguagens e Ciências Humanas da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Graduado em Ciências Econômicas, Mestre em Teoria e História Literária e Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Como citar:

CASTRO, Conrado Pires de. “O homem certo para a faculdade incerta”: projetos de reforma intelectual, uma trajetória singular e experimentos sociológicos de Florestan Fernandes. *Patrimônio e Memória*, Assis, SP, v. 16, n. 2, p. 40-72, jul./dez. 2020. Disponível em: pem.assis.unesp.br.